

# **Intelectuais e instituições: indagações preliminares acerca de um eixo de pesquisa em elaboração**

Erivan Cassiano Karvat (Doutor)

Curso de História – Universidade Tuiuti do Paraná

Maria da Graça Rodrigues Santos (Doutora)

Curso de História – Universidade Tuiuti do Paraná

Pedro Leão da Costa Neto (Doutor)

Curso de História – Universidade Tuiuti do Paraná

Valeria Floriano Machado de Souza (Doutora)

Curso de História – Universidade Tuiuti do Paraná

## Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar as discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas em torno da temática Intelectuais e Instituições. Visa-se, ainda que de forma preliminar, a constituição de um eixo temático voltado à investigação das interseções existentes entre a enunciação dos chamados discursos autorizados, seus conteúdos, produção, suporte e veiculação. O estudo da vinculação entre intelectuais e Instituições se encontra numa região fronteira de diálogo interdisciplinar, que aponta para a possibilidade de problematizar aspectos atrelados à apropriação, recepção e circulação de idéias, apoiada nas reflexões de, entre outros, Bourdieu, Chartier e Sirinelli.

**Palavras-chave:** intelectuais; instituições; discurso.

## Abstract

This article will present methodological and theoretical discussion developed around the theme Intellectuals and Institutions. It aims in a preliminary model the constitutions of a thematic axe dedicated to investigate the existent intersection among the enunciation of authorized speech, its content, production, holder and propagation. The study of the linking among Intellectuals and Institutions is located in a border region of interdisciplinary dialog that indicate to the possibility of questioning aspects related to the appropriation, reception and circulation of ideas, supported in reflections of some thinkers like Bourdieu, Chartier and Sirinelli.

**Key words:** intellectuals; institions; discours.

1. O Eixo Temático *Intelectuais e Instituições* está voltado à investigação das intersecções existentes entre a enunciação dos chamados *discursos autorizados* - seus conteúdos - e sua *produção, suporte e veiculação* (elementos característicos do *espaço institucional*), bem como aos *problemas* em torno da recepção e/ou apropriação destes discursos.

As Ciências Sociais e as Humanidades só muito recentemente passaram a se interessar pela temática *intelectuais*. Ainda que a categoria possa ser datada das últimas décadas do século XIX, foi principalmente a partir da passagem da primeira para a segunda metade do século XX que o intelectual emerge como figura marcante na cultura ocidental. Desse modo, *problematizá-lo*, o que – de maneira incontornável – se encontra numa região fronteira, portanto de diálogo interdisciplinar, exige que pensemos inevitavelmente sobre o nosso próprio tempo.

Dessa aproximação interdisciplinar, que o próprio objeto exige, decorre sua própria riqueza – que é o próprio diálogo entre diferentes perspectivas de trabalho e abordagem e, daí, conseqüentemente também seus problemas: localizando-se nesse ponto de cruzamento entre saberes de tradições distintas, vê-se a dificuldade de delimitação ou precisão conceitual e metodológica: em torno da reflexão sobre *Intelectuais* desdobram-se desde a hoje tão criticada história

das Idéias à Sociologia dos Intelectuais, desde a preocupação com a biografia ou com a obra até o enfoque em torno da conformação do chamado campo e sua ritualística. Em outras palavras, se o tema exige o diálogo esta por sua vez pode se transformar num mouco interregno.

Portanto, o Eixo Temático *Intelectuais e Instituições*, menos do que se voltar à orientação de um único viés teórico e ou metodológico, busca sua delimitação justamente no próprio conectivo - que supõe a interseção acima exposta: entendendo, com Altamirano, que o discurso do intelectual é enunciado “a partir de uma posição de verdade” (Altamirano, 2005, p.20), notabilizando-se, logo, como *sala autorizada*, atrelada a um espaço (institucional) de legitimação e produção deste discurso. Assim, trafega-se desde as chamadas cartografias dos intelectuais a uma hermenêutica da obra, perpassando temas como a formação do campo intelectual, as configurações intelectuais, a institucionalização do próprio intelectual e das carreiras intelectuais. Espaço, portanto, privilegiado de discussão acerca da articulação entre o discurso competente e o *lugar* que o autoriza, lhe legitima e o faz circular: universidades, institutos, academias, *corpus* de obras, manifestos, petições, partidos, revistas e escolas.

O Eixo, através do Projeto de Pesquisa *Intelectuais e Instituições: projetos nacionais e circulação de idéias* - que

problematiza a circulação de idéias e a produção intelectual no Brasil republicano no período compreendido entre os anos 1920-1960 e a partir da produção de diferentes intelectuais (Almir de Andrade, Álvaro Vieira Pinto, Paulo Duarte, Anísio Teixeira, Rodrigo de Mello Franco, Lúcio Costa, entre outros) - procura aproximar as trajetórias e interesses de pesquisadores de diferentes áreas (História, Sociologia, Filosofia e Arquitetura) que vêm desenvolvendo investigações há mais de uma década na Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes desta Universidade e que têm se traduzido em diferentes trabalhos (apresentados e publicados em diversos eventos e periódicos nacionais e internacionais) e orientações (de Iniciação Científica, Monitorias, Grupos de Estudo, Trabalhos de Conclusão de Cursos). Note-se que a pesquisa, acima citada, busca explorar a *produção* das idéias, seus *suportes* e *veiculação* - através da investigação em torno de diferentes intelectuais vinculados a diferentes instituições e vertentes ideológicas, *lidos* fundamentalmente de publicações periódicas, representantes institucionais e institucionalizadas destas ideias, bem como através dos chamados processos de recepção e apropriação destas produções e seus efeitos.

2. Como lembra Jean-François Sirinelli (1996), o interesse em torno da temática *intelectuais* é recente.

Surgida inicialmente na Ciência Política e na Sociologia, depois seguidas pela História, tal trajetória já nos aponta o viés interdisciplinar de tal interesse, característico do próprio tema. cremos, contudo, que uma eficaz caracterização nos é evocada, hoje, através do campo dos estudos literários - ainda que conhecedores da discussão que estes demais saberes têm propiciado em torno da questão. Stanley Fish, tratando da problemática da leitura, em seu *Is There a Text in this Class?* elabora a noção de comunidades interpretativas, a qual, entendemos, apresenta-se como sugestiva para a problematização da própria categoria *intelectuais*, bem como de seu *papel*, além de apontar também para os aspectos institucionais que marcam a própria existência da categoria - e consequentemente, seu papel - uma vez que a “*intelligentzia* sem vínculos nem raízes” é uma “forma de ilusão”, como nos observa Pierre Bourdieu citando Karl Mannheim. (Bourdieu, 1988, p. 23). Além deste caráter institucional da vida intelectual, caráter que justifica e legitima a experiência da própria produção intelectual e que, portanto, permite compreendê-la, percebe-se que a noção de comunidade interpretativa nos remete para outro elemento fundamental, apontado no tópico anterior, aquele que diz respeito aos processos de recepção e apropriação das ideias.

Comunidades interpretativas são aquelas “cujos membros compartilham os mesmos estilos de leitura

e as mesmas estratégias de interpretação” (Chartier, 1992, p. 216). Também designadas como *comunidades de leitores* - são responsáveis (ou assim se outorgam) pelo estabelecimento de *leituras autorizadas* dos textos de que se apropriam. *Leituras* que implicam a imposição de um sentido único ou de um único significado, bem como pela instauração de uma compreensão/interpretação corretas.

Ainda que menos preocupados com as práticas de leitura, que implicam necessariamente o reconhecimento da materialidade ou suporte do texto lido, bem como da “tensão central de toda história da leitura” (Chartier, 1992, p. 213) - que opõe, de um lado, a prática criativa do leitor e, de outro, o refreamento desta, pela imposição da leitura pretensamente correta - entendemos, com Chartier, que o pesquisador “deve buscar um meio de determinar os paradigmas de leitura predominantes em uma comunidade de leitores, num dado período e lugar” (Chartier, 1992, p. 226-227). Com isso, se quer acreditar, nos aproximamos das chamadas estratégias de leitura, reveladoras das formas de recepção, apropriação e manipulação dos próprios textos. (Chartier, 1992, p. 227).

Perceba-se que os interesses em torno dos mecanismos de apropriação gerados pela leitura provêm, principalmente, das teorias com foco no aspecto recepcional - oriundas da teoria literária

– com especial ênfase na Estética da Recepção formulada a partir dos escritos de Hans Robert Jauss e particularmente de seu *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*, de 1967 (Jauss, 1994). Ainda que o interesse de tal corrente recaia sobre a apreciação de textos caracterizadamente literários, sua preocupação em apontar o papel fundamental do leitor (sujeito quase sempre esquecido por outras abordagens) e sua importância para a caracterização do fato literário nos parecem cruciais, “isso porque a relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas” (Jauss, 1994, p. 23). Isto nos sugere, positivamente, para o cuidado que se deve ter em relação à produção intelectual e às dimensões da recepção e, portanto, de circulação, desta produção, ao mesmo tempo que nos adverte que, além desta produção ser sempre *lida*, todo *intelectual* é, antes de qualquer coisa, um leitor. Princípio que inclusive pode ser tomado como uma chave de leitura para a compreensão de diferentes autores e obras.

Conforme nos lembra Chartier:

*A história oferece duas abordagens que são necessariamente ligadas: reconstruir a diversidade de leituras mais antigas a partir de seus vestígios múltiplos e esparsos, e identificar as estratégias através das quais autoridades e editores tentavam impor uma ortodoxia ou uma leitura autorizada do texto. Dentre essas estratégias, algumas são explícitas e se fundamentam no discurso (em prefácios, prólogos,*

*comentários e notas), e outras são implícitas, transformando o texto num mecanismo que deve, necessariamente, impor uma compreensão considerada legítima. Conduzido ou encurralado, o leitor encontra-se invariavelmente inscrito no texto, mas este, por sua vez, inscreve-se de múltiplas formas em seus diferentes leitores. Assim torna-se necessário reunir duas perspectivas que em geral não se articulam: o estudo de como os textos e as obras impressas que os comunicam organizam a leitura autorizada; e, por outro lado, a compilação de leituras concertas, costuradas em declarações individuais ou reconstruídas no nível das comunidades de leitores – aquelas “comunidades interpretativas” (...) (Chartier, 1990, p. 215-216).*

Voltando-nos a uma possível sociologia das práticas de leitura, como propõe Roger Chartier, cabe, portanto, superar o “carácter todo poderoso do texto e seu poder de condicionamento sobre o leitor”, bem como relativizar a própria noção de “liberdade do leitor”, objetivando, sim, “identificar, para cada época e para cada meio as modalidades partilhadas do ler (as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais) e que colocam no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”. (Chartier, 1990, p. 121).

3. O cuidado em torno dos processos de recepção, apropriação e circulação de ideias – em consonância com o exposto acima – permite que foquemos a relação entre produção intelectual e pertencimento institucional numa perspectiva que recusa o apego às leituras tradicionais ou

canônicas que, tendencialmente, transformam autores e ideias em abstrações ahistóricas ou transhistóricas, no que novamente recorreremos e nos afiliamos a Chartier:

*A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concertadamente, sustentam as operações de construção do sentido (na relação de leitura mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (Chartier, 2002, p. 68).*

O intelectual tomado em sua vinculação a uma comunidade interpretativa parece-nos propiciar, ao menos em parte, a prevenção aos equívocos destas abordagens nomeadas acima. Através dessa relação de pertencimento, portanto, institucional, cremos nos aproximar de uma relação que é, antes de tudo, cultural, posto que é social e histórica, e por isto política. Logo, eis aí, o(s) conectivo(s) das vinculações entre Intelectuais e Instituições. Assim, o intelectual – sempre circunscrito social e historicamente e pensado a partir da sua vinculação ou pertencimento – se nos apresenta, além de produtor de ideias, como receptor (ou intermediador). Daí se abre, por exemplo, as ênfases

sobre o emprego das noções de itinerário (ou trajetória), geração e sociabilidade apontados por Sirinelli e que sugerem efetivas possibilidades de aproximação ao tema e de análise. (Sirinelli, 1996, p. 245).

Da mesma maneira, cabe lembrar que se os intelectuais se apresentam sujeitos a uma comunidade (instituição) que os circunscribe, esta mesma comunidade é por eles mesmos definida. Agentes portadores de instrumentos simbólicos, a relação Intelectuais e Instituições pode também ser, assim, avaliada segundo o conceito de campo – donde campo intelectual – sugerida por Pierre Bourdieu e que supõe relações de interação e tensão (Bourdieu, 1996, p. 208) bem como um sistema de posições, seja entre os agentes, seja entre os grupos. (Bourdieu, 1987, p. 208).

4. Em relação à veiculação das ideias, percebe-se que as revistas de circulação periódica – aqui entendidas como *instâncias intelectuais autorizadas* – se constituem em foco de análise das pesquisas, voltadas às configurações do campo intelectual, considerando que o intelectual se notabiliza ao tornar públicas suas opiniões e envolver-se nas polêmicas do seu tempo. A autoridade, que as revistas científicas e de cultura passaram a representar, permitiu que novos escritores divulgassem seu trabalho, pois ao se atrelarem a estas revistas, a par da institucionalização das carreiras literárias

(crítica, tradução etc.) no campo intelectual através do “reconhecimento” necessário para legitimar suas tomadas de posição. Em outros termos, entendemos que é necessário salientar a importância do periódico na medida em que avaliação e aceitação dos trabalhos pelas *comunidades interpretativas* conferem consagração aos autores e ao corpo editorial, atribuindo, também, autoridade a quem avalia e credibilidade ao avaliado. Enfim, as condições para a configuração de uma “elite intelectual” se constituem a partir da consolidação de uma trajetória vinculada aos grupos que produzem bens culturais e utilizam o crescimento do mercado editorial para ampliação da demanda deste tipo de produção cultural e científica.

Assim, as revistas foram (e são) fundamentais na constituição de uma esfera cultural pública e se apresentam como uma fonte importante para análise por se tornarem documentos de domínio público. São documentos que podem indicar as mudanças de posições e estratégias e, também, as mudanças institucionais. Tendo como premissa que o periódico tem como função divulgar informações científicas ou experiências políticas, profissionais etc., aceitamos a assertiva recorrente de que os mesmos se distinguem de outras fontes de divulgação por registrar conhecimentos acerca de determinados saberes e divulgar a informação, reconhecida como legítima ao

seu público. Spink (1999: 136) nos lembra que “[...] *jornais e revistas [...] tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir*”. A partir das análises das revistas, é possível observar os colaboradores mais assíduos, os temas mais abordados, os conteúdos mais publicados e os embates mais representativos (Antelo, 2008).

*La diferencia de las instituciones, las formaciones se distinguen por el número reducido de sus miembros y por la rapidez con la que se constituyen y se disuelven. Además, el carácter relativamente laxo que a menudo presenta la estructura de estos grupos, y la ausencia de reglas definidas en las relaciones entre sus miembros, o, al menos, la dificultad para percibirlos, suele dotarlos del aire informal de un grupo de amigos y los distingue de cuerpos regulados, como la universidad o las asociaciones profesionales. (Altamirano, 1983, p. 97).*

O periódico, cultural ou científico, tem características bastante específicas no mercado de bens simbólicos e diz respeito às iniciativas de publicação que buscam divulgar conhecimentos. As revistas sempre estiveram vinculadas à publicidade da crítica, atribuindo reconhecimento aos escritores que nela colaboravam e tendo, como função, entre outros, o registro público e a divulgação de opinião e de conhecimentos, assumindo, não raramente, a função de mediadores nos conflitos culturais. (Romancini, 2004; Habermas, 2003, p.

58). O uso deste meio de comunicação só pode ser compreendido a partir da percepção a respeito do mercado editorial.

5. Em relação ao caso brasileiro, destaque-se que a partir da década de 1930 os editores “passam a se representar como portadores de uma missão análoga aos intelectuais. Eram os novos heróis civilizadores que, se propunham a erradicar a miséria espiritual do país” (Pontes, 2001, p. 427). Missão civilizadora, esta, que foi viabilizada pela definição de uma nova conjuntura que privilegiou o mercado de produção de bens simbólicos.

Segundo Pontes, a conjuntura propiciada pelo processo de substituições das importações, iniciado nas primeiras décadas do século XX e que teve seu maior impulso nos primeiros anos da década 1930, favoreceu a indústria de bens culturais, pois até os anos 1920 “*os livros de escritores brasileiros [...] eram em sua maioria impressos no exterior, principalmente na França e em Portugal. Publicar um livro era uma tarefa difícil, muitas vezes, executada pelo próprio autor, em edições nunca superiores a 1.000 exemplares, pagas, quase sempre, por ele mesmo*”. (Pontes, 2001, p. 427). Contudo, cabe ressaltar, que foi somente a partir da década de 1930 que surgiram grandes editoras. (Amorin, 1999, p. 65).

Hallewell (2005) ressalta que, entre 1930 e 1938, houve um grande crescimento de 600% no mercado

de livros. Em 1935, a fim de garantir os direitos de propriedade intelectual, foram registradas 107 obras, sendo que 19 delas eram obras literárias. O surto editorial dos anos 30 foi reflexo de uma série de elementos, entre eles a grande aceitação aos romances locais, ou literatura regional. Neste período, novas editoras surgiam nos centros urbanos sendo que a maior parte delas concentrava-se em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Dentre as maiores editoras do período, estavam a Companhia Editora Nacional, a Globo e a José Olympio.

A imprensa periódica teve um grande crescimento a partir dos anos 1920 (em 1912 circulavam no Brasil 1912 periódicos, número que cresceu para 2324 em 1922). A expansão deste mercado produziria as condições para a produção de um tipo específico de material, tais como as coleções, os periódicos e as revistas, fazendo com que, desde a década de 1930, o mercado editorial passasse a ser responsável pela criação de um *projeto cultural unificado* que, aliado a um surto editorial, teria também impacto em todas as esferas da vida social. (Pontes, 2001, p. 420).

*Nos anos 30 e 40, a universidade passou a ser (e continua até hoje) o centro do sistema de produção erudita em São Paulo, coadjuvada pelas instituições culturais e empreendimentos na área de difusão (jornais, revistas e editoras) sob controle de grupos privados. No Rio de Janeiro, até mesmo o mercado de difusão cultural (editoras, etc.)*

*se expandiu sob a égide e o apoio oficial, dependente quase sempre de recursos governamentais. (Pontes, 2001, p. 428).*

Na década de 1940, um novo movimento ocorre no mercado editorial brasileiro, decorrente da ampliação de publicações de autores estrangeiros. Em 1944, o quadro das casas editoriais contabilizava 233 editoras sendo que, destas, 165 estavam localizadas nas capitais, 212 eram particulares e 16 oficiais. (Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Saúde: Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946).

Assim, a imprensa periódica começava a ter um papel importante uma vez que fazia circular milhares de exemplares diariamente, movimentando a economia do mercado. De certa maneira, esta informação corrobora a hipótese de que o investimento no mercado editorial estava atrelado à função “civilizadora das elites”. Neste sentido, o debate intelectual, acabou:

*[...] girando em torno das grandes obras literárias (o surto dos romances sociais e introspectivos, a ficção e a poesia modernistas), dos ensaios dos publicistas, juristas e pensadores autoritários [...]*

*da fornada considerável de trabalhos históricos e apologéticos. Os cientistas sociais propriamente ditos [...] e que publicam nesse período são Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, Anísio Teixeira, Artur Ramos, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Roberto Simonsen, Carneiro Leão, entre outros, todos eles figuras de transição pensados entre definições concorrentes do trabalho intelectual, a meio caminho entre a literatura, o ensaio, as profissões liberais, o trabalho pedagógico, a militância nos movimentos sociais da época, o desempenho de cargos políticos executivos, os negócios pessoais e, por conseguinte, pouco propensos a se deixarem enquadrar como cientistas sociais em sentido estrito. (Miceli, 2005).*

As transformações (econômicas e políticas) ocorridas a partir da década de 1950, e que deram uma fisionomia singular para este mercado em expansão, devem ser analisadas, desse modo, como um processo que marcaria os ideais de modernidade. As condições para a configuração de uma “elite intelectual” se constituíram a partir da consolidação das trajetórias intelectuais vinculadas aos grupos que produziam bens culturais e utilizaram o crescimento do mercado editorial para ampliação da demanda deste tipo de produção (cultural e científica).

## Referências

- ALTAMIRANO, Carlos. (2005). *Para un programa de historia intelectual*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- AMORIM, Sonia. (1999). *Em busca do tempo perdido*: edição de literatura traduzida pela Editora Globo. São Paulo: EDUSP; Com-Arte; Porto Alegre: UFRGS.
- ANTELO, Raul. *As revistas literárias brasileiras*. Disponível em: [http://www.cce.ufsc.br/nelic/boletim\\_de\\_pesquisa2/texto\\_raul.htm](http://www.cce.ufsc.br/nelic/boletim_de_pesquisa2/texto_raul.htm). Acesso em: 14 de jan. 2008).
- BOURDIEU, Pierre. (1987). Campo do poder e habitus de classe. In. *A economia das trocas simbólicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1988). *Lições de aula*. São Paulo: Ática.
- BOURDIEU, Pierre. (1996). *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das letras.
- CHARTIER, Roger. (1990). *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel.
- CHARTIER, Roger. (1992). Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, p. 211-238.
- CHARTIER, Roger. (2002). O mundo como representação. In. *À beira da falésia*: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, p.61-79.
- HALLEWEL, Laurence. (2000). *O Livro no Brasil*. 2.ed. São Paulo: EDUSP.
- HABERMAS, Jurgen. (2003). *Mudança Estrutural na Esfera Pública*: investigações quanto uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Bom tempo.
- JAUSS, Hans Robert. (1994). *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática.
- MICELI, Sergio. (2007). *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil*. 1930-1964. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs0501.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs0501.htm). Acesso em: 28 set. 2007.
- PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos*: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- ROMANCINI, Richard. *Periódicos brasileiros em comunicação*: histórico e análise preliminar. IN: IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM. GT 04.
- SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE: Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945. (1946) Rio de Janeiro: IBGE, v. 6.

SIRINELLI, Jean-François. (1996). Os intelectuais. In. Rémond, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-269.

SPINK, Peter. (1999). Análise de documentos de domínio público. IN: SPINK, Mary Jane (org.). Práticas Discursivas e Produção de Sentido: aproximações teórico-metodológicas. São Paulo: Cort.